

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

**DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DO IROA, S.A.**

1 MARÇO DE 2021



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 1 de março de 2021, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência, a fim de proceder à audição do Dr. Hernâni Ricardo Costa, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do IROA, S.A..

O *Curriculum Vitae* do Dr. Hernâni Ricardo Costa fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).



2.º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

O Dr. Hernâni Ricardo Costa, na qualidade de Gestor indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da IROA, S.A. fez uma apresentação inicial do seu Currículo *Vitae*, com destaque para a licenciatura com Grau de Mérito em Estudos Euro-Atlânticos na Universidade dos Açores e a Pós-Graduação em Relações Internacionais, no mesmo estabelecimento de ensino.

Referiu que tinha uma longa carreira profissional, com início em 1996, como Diretor Comercial do Grupo Paradise, Lda – Animação Turística e Restauração da Ribeira Grande, até 2007.

Ingressou, nesse mesmo ano, no Grupo Ideal, Lda, como Técnico Administrativo até 2010 e a partir daí exerceu o cargo de Gestor Comercial, com responsabilidades na gestão financeira e administrativa da área comercial.

Entre 2005 e 2012 foi Presidente do Sporting Clube Ideal e nessa qualidade responsável pela gestão financeira, administrativa e recursos humanos.

Em termos públicos, o Gestor foi eleito Deputado na Assembleia de Freguesia da Ribeira Grande entre 2013 e 2017.

Em 2017 foi eleito como Presidente da Junta de Freguesia da Matriz (Ribeira Grande) e Deputado na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, tendo integrado o Conselho da Ilha de S. Miguel em 2020.

O Deputado Carlos Furtado perguntou ao Gestor quais as aspirações para a IROA e quais as lacunas que pretendia corrigir.

O Presidente indigitado começou por afirmar que o objetivo imediato, nesta altura em que está a finalizar o Prorural +, será não deixar, neste período transitório entre quadros, um vazio de verbas para que a IROA não fique paralisada, estando convencido que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) terá dotações capazes de evitar isso mesmo.

Relativamente às lacunas, o Gestor referiu que iria estreitar a ligação com os parceiros, nomeadamente autarquias, para um melhor esclarecimento e evitar choque de competências, alegando que a sua experiência como autarca poderia ser uma mais valia nesse papel.



O Deputado Carlos Furtado perguntou se o período transitório seria difícil, caso o PRR não tenha em conta esta área e com isso comprometer essas parcerias.

O Dr. Hernâni Costa disse acreditar que o PRR iria ter esta área em conta e que o que se pretende é ter uma agricultura sustentável e diversificada, lembrando que muito ainda tem de ser feito em termos de fornecimento de eletricidade, abastecimento de água e acessibilidades às explorações agrícolas em todas as ilhas.

A Deputada Patrícia Miranda referiu que a IROA tinha grande prestígio nos Açores, perguntando o que iria fazer para não perder esse património, lembrando que a execução do Prorural + ia até 2023. Perguntou ainda se iria executar uma obra de captação de água em S. Miguel.

O Gestor afirmou que iria respeitar aquilo que já se tinha iniciado, lembrando que o Plano de Atividades da IROA para 2021 tinha sido feito pela administração anterior e que iria dar continuidade ao mesmo e tentar melhorar o que fosse possível.

Referiu ainda que entre 2021 e 2023 pretendia aprofundar os seguintes pilares estratégicos:

1º - Abastecimento de água, preparando a Região para os efeitos das alterações climáticas, que deve ser um desígnio regional e por isso transversal, e introduzir o princípio do utilizador pagador em todas as ilhas;

2º - Aprofundar o conhecimento sobre os recursos hídricos através de estudos já feitos ou então estudar as potencialidades hídricas, processo que poderá, inclusivamente, discriminar positivamente as ilhas da coesão;

3º - Potenciar a Reserva Agrícola Regional que representa 17% do território dos Açores.

A Deputada Patrícia Miranda perguntou se havia benefícios na transformação da IROA em Instituto e se as condições do seu currículo, que tinha vindo a público recentemente, estavam à altura do cargo.

O Gestor, em resposta, explicou que o seu currículo tinha, de facto, sido exposto de uma forma ofensiva, mas que no passado tinha visto também situações do género sem que isso criasse qualquer problema. Disse ainda que, a esse respeito, o que era importante é que já trabalhava há 24 anos em várias áreas, o que lhe tinha dado uma experiência rica.



Relativamente à transformação em Instituto, o Gestor disse que essa alteração permite uma maior agilidade no funcionamento e uma forma de trabalhar mais simples, ressalvando que estávamos perante uma empresa de capitais públicos e como tal esta será uma opção política que não lhe cabe avaliar.

O Deputado Marco Costa começou por dizer que o Gestor estava a deixar uma imagem consistente relativamente à missão daquela empresa pública, perguntando se pretendia atingir um desempenho igual em toda a Região e executar um trabalho em complementaridade com as juntas de freguesia.

O Dr. Hernâni Costa referiu que o esforço tem de ser direcionado para a redução dos custos de produção, através do emparcelamento e da mecanização e que, nesse processo, a IROA será sempre parceira e estará sempre presente.

Alegou ainda que muito há a fazer e que espera dos parceiros, nomeadamente das autarquias, a sinalização do que é preciso fazer, ressalvando que não seria inteligente se não prosseguisse com o que já estava planeado.

Referiu também que o sistema de incentivos e o programa de reforma antecipada tinham de ser mais atrativos porque uma agricultura mais jovem seria mais rentável.

Por fim, afirmou que nos últimos 30 anos tinha havido uma grande mudança: o número de explorações baixou de 24 mil para 11 mil e em termos de dimensão passou, em média, de 4,8 hectares para 10,7 hectares. Menos explorações, maiores e mais modernas, notando-se nas explorações leiteiras que, não obstante esta enorme redução, passaram a produzir 600 milhões de litros quando em 1990 só produziram 200 milhões de litros.

O Deputado Marco Costa alertou os membros da Comissão e o convidado para o facto de existir uma grande diferença de investimento da IROA nas 9 ilhas espelhada nos relatórios e nas contas da empresa.

Por fim, referiu ainda que o Gestor fazia bem a leitura das medidas inscritas no programa do Governo.

O Presidente indigitado começou por refutar esse tipo de atuação, comprometendo-se a investir em todas as ilhas, lembrando que, apesar da sede ser em S. Miguel e ter uma delegação na



Terceira, via como natural a criação mais uma delegação na Ilha do Pico, devido à importância da agricultura naquela ilha.

O Deputado Rui Martins quis saber quais as prioridades da empresa e se a estratégia passava por ir ao encontro dos desafios das ilhas.

O Dr. Hernâni Costa esclareceu que os Açores tinham 16 Perímetros de Ordenamento Agrícola (POA), ficando mais reduzida a capacidade de investir noutros locais, explicando que o abastecimento de água e a eletrificação apenas podiam decorrer nessas áreas, daí a necessidade de fazer um estudo para aumentar os POA e mesmo criar outros.

O Deputado Rui Martins perguntou se já tinha conhecimento das necessidades mais prementes de cada uma das ilhas.

O Gestor afirmou que em 2021 seria necessário atuar em todas as ilhas, ressalvando S. Miguel e Terceira, pela dimensão e peso da agricultura em cada uma delas.

O Deputado Paulo Estevão começou por dizer que o Dr. Hernâni Costa era conhecido por fazer. De seguida lembrou os presentes que no passado recente a IROA não investia em todas as ilhas, lembrando as execuções na ilha do Corvo, com valores de 60 euros ou 120 euros, apesar daquela ilha ter passado dois verões sem água para a agricultura.

Lembrou ainda que lhe tinha sido dito que a gestão da água destinada à agricultura naquela ilha estava protocolada com a Câmara Municipal, mas que não havia qualquer protocolo.

Perguntou se estaria na disposição de tratar as ilhas por igual e se iria resolver as reais necessidades de cada uma delas.

O Dr. Hernâni Costa, em resposta, contou que já tinha sido contactado por diversos autarcas explicando as dificuldades das suas autarquias e que pretendia dar um tratamento equilibrado a cada uma delas.

Relativamente à problemática da água, o Gestor confirmou que esta será uma prioridade não só para a IROA, mas transversal a toda a administração pública.

“A nossa política será diferente, sem falar no passado”, concluiu o Presidente indigitado.



O Deputado Pedro Neves, referindo-se à falta de água, afirmou que o anterior Secretário da Agricultura e Florestas tinha mencionado que a agricultura consumia 26 milhões de litros de água. Perguntou ao Gestor se pretendia fazer uma monitorização mais forte do consumo e se achava importante fazer-se uma campanha de sensibilização junto dos agricultores.

Estranhou falar-se apenas na exploração de leite, esquecendo a horticultura, a fruticultura, etc., perguntando se a sua ação iria ser focada na pecuária ou se iria apostar na diversificação.

O Deputado Carlos Furtado constatou que a pecuária se tinha desenvolvido à custa das outras áreas agrícolas, mas enalteceu o esforço na diversificação.

Perguntou se não seria importante implementar os POA em todas as ilhas para que as explorações possam competir de igual para igual.

O Deputado Paulo Gomes perguntou qual era a estratégia para as parcerias com o poder local.

O Deputado Francisco César começou por dizer que o atual Prorural não estava esgotado e que a sua execução financeira ia até 2023.

De seguida apresentou várias preocupações que contrariam o que tem sido dito: o PRR não abrangia a tipologia do investimento da IROA; os fundos comunitários não pagavam despesas de funcionamento; o Plano de Investimentos para 2021 não estava aprovado; e caso queira equilibrar o investimento entre ilhas, em quais iria tirar verbas para nivelar o investimento.

O Deputado Jaime Vieira começou por referir que o mais importante era a motivação que via no Gestor para exercer o novo cargo e que no seu currículo estava plasmado a sua dedicação à sociedade, notando-se um conhecimento da realidade e vontade de tratar as ilhas por igual.

Perguntou de seguida o que o motivava e que papel estaria reservado às juntas de freguesia na sua futura liderança.

O Deputado Paulo Estevão afiançou que o estilo do nomeado era diferente. Referiu ainda que seria irresponsável se não seguisse o plano anterior, como base de trabalho e como elemento de continuidade, tendo como base o futuro Plano Anual.

Perguntou se o restante Conselho de Administração já estava definido.



O Deputado João Costa disse que o Gestor tinha uma visão abrangente e conciliadora, notando-se interesse em dar continuidade ao que vinha de trás, sendo uma pessoa de bem e de compromissos, com vontade de contribuir para o desígnio da autonomia alimentar, lembrando os presentes que estava mesmo a extravasar as competências ao ver para além do quadro comunitário, por estas serem, exatamente, complementares e transversais.

Referiu ainda que o PRR interligava todo o Setor Público Empresarial Regional.

Por fim elogiou a visão descentralizada e a postura atenta à realidade de todas as ilhas do Dr. Hernâni Costa.

O Dr. Hernâni Costa, respondendo às várias questões, começou por explicar que não tinha falado em despesas de funcionamento, acrescentando que será fundamental ter uma visão de todas as ilhas.

Referiu ainda que vai trabalhar para termos uma agricultura mais diversificada para atingir a tão ambicionada autonomia alimentar.

Relativamente à monitorização do consumo de água, explicou que a cobrança da água aos agricultores (princípio do utilizador pagador) já por si irá fornecer dados mais fidedignos dos consumos.

No que se refere às campanhas de sensibilização, o Gestor acha que tem de ser introduzida na IROA uma nova política de comunicação, aproveitando da melhor maneira as novas plataformas digitais.

Considerou ainda que a melhor forma de fazer protocolos com as juntas de freguesia passava pela manutenção dos caminhos agrícolas, referindo que faltavam na IROA assistentes operacionais para desempenhar certas funções, dando o exemplo da ilha de S. Miguel, onde a empresa só dispunha de um.

Relativamente ao Prorural, afirmou que iria concorrer a outros projetos, oferecendo-se para, mais tarde, fazer chegar à Comissão toda a informação.

No que se refere ao equilíbrio do investimento nas ilhas, informou que, em primeiro lugar, vai fazer o levantamento de todas as necessidades mais urgentes e no futuro irá corrigir as assimetrias, confirmando que a empresa terá de ter uma visão integrada da Região.



Por fim, afirmou ainda não ter o Conselho de Administração fechado, mas deu a conhecer que já endereçou convites a um engenheiro agrónomo e a um jurista, especialidades que considera fundamentais para aquele órgão executivo.

O Deputado Francisco César perguntou se tinha havido alterações ao PRR e se os protocolos com as juntas eram candidatáveis a fundos comunitários.

O Deputado João Costa referiu que o PRR iria interagir com todos os departamentos.

O Deputado Marco Costa ressaltou as diferenças entre candidatura e período de execução.

O Deputado Paulo Estevão afirmou que tinha ficado evidente o desenho estratégico da instituição, lembrando que no passado o seu papel tinha sido penalizador pela falta de deslocação das equipas técnicas a muitas ilhas.

Referiu ainda que a experiência do Gestor como autarca era uma mais valia e que a sua disponibilidade para contactar todas as ilhas no início do mandato vem colmatar a insuficiência do distanciamento.

Não havendo propriamente qualquer pergunta, o Dr. Hernâni Costa terminou a audição reafirmando que conhecer a realidade era, para si, uma prioridade.

3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PS: O GP do PS dá parecer negativo à nomeação do Dr. Hernâni Costa para Presidente do Conselho de Administração da IROA, SA, tendo em conta que não demonstra experiência curricular de acordo com as funções para que foi indigitado e por ter revelado, na audição, desconhecimento sobre os mecanismos de financiamento comunitário à IROA, que constitui uma componente essencial para o desenvolvimento da sua atividade.

PSD: O GP do PSD dá parecer favorável à indigitação do Dr. Hernâni Costa para Presidente do CA do IROA e aprova o respetivo Relatório da Audição.

CDS-PP: Da parte do CDS nada a opor à indigitação ou ao relatório.

CH: Não emitiu posição.



PPM: Não emitiu posição.

IL: Não emitiu posição.

PAN: Da parte da RP do PAN, nada a opor.

Graciosa, 1 de março de 2021.

O Relator

(José Ávila)

O presente relatório **foi aprovado por unanimidade.**

Ao presente relatório é anexo o *Curriculum Vitae*.

O Presidente

(Sérgio Ávila)